

LEI Nº 77 DE 31 DE AGOSTO DE 1990.

Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO


Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, coordenado pelo Poder Executivo, de caráter deliberativo e paritário, responsável pela elaboração do plano anual de desenvolvimento rural, que será o instrumento de planejamento das atividades do Município para o desenvolvimento da área rural.

Parágrafo Único - Compete ainda ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

- I - articular com os demais órgãos da administração, visando um planejamento e ações coordenadas;
- II - assegurar prioridade, incentivos e gratuidade do serviço de assistência técnica e extensão rural;
- III - dar apoio à geração, difusão e à implantação de tecnologias adaptadas às condições ambientais locais;
- IV - estabelecer prioridade para infraestruturas físicas, viárias, sociais e de serviços na zona rural;
- V - estimular a comercialização da produção rural através da eliminação de entraves burocráticos;
- VI - promover o acesso do homem do campo aos benefícios da saúde, educação, assistência social, segurança e bem-estar.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será presidido pelo Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico-Social, na condição de representante do Poder Público





blico Municipal, e será integrado por:

I - um representante de cada instituição pública implantada no Município cuja atividade esteja ligada à produção rural;

II - um representante das empresas privadas implantadas no Município cujas atividades, quer de caráter comercial, industrial ou de prestação de serviços, sejam voltadas ao atendimento direto ao produtor rural e à produção rural;

III - um representante, produtor rural, de cada um dos seguintes segmentos da produção rural:

a - avicultura;

b - pecuária;

c - agricultura;

d - demais atividades rurais.

IV - um representante de cada uma das entidades organizadas, representativas de produtores rurais.

§ 1º - A indicação dos representantes das instituições e entidades de que tratam os incisos I e IV será feita ao Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico-Social, através de ofício da direção das respectivas instituições e entidades, sendo que estas últimas deverão realizar eleições internas para a escolha de seu representante.

§ 2º - As entidades representativas de produtores rurais, ao realizarem as eleições de que trata o parágrafo anterior, poderão solicitar à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico-Social o assessoramento necessário para garantir a legitimidade do pleito.

§ 3º - As entidades de que trata o inciso IV só poderão indicar representantes junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural se tiverem, pelo menos, um ano de fundação, devidamente comprovado através de seu estatuto registrado.



§ 4º - A escolha do representante das empresas privadas far-se-á através de eleição, na qual votarão os representantes legais de cada uma daquelas, previamente inscritas junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico-Social.

§ 5º - As eleições para a escolha dos representantes das categorias de produtores rurais descritas no inciso III deste artigo serão realizadas pelo Poder Público Municipal, que promoverá, para este fim, um cadastramento dos produtores por categoria, dando publicidade à realização das eleições no sentido de que delas participe o maior número possível de produtores.

§ 6º - Os editais de convocação das eleições de que trata este artigo, deverão ser publicados com antecedência mínima de 20 (vinte) dias e estabelecerão as regras mínimas a serem observadas na realização do pleito, dentre elas as seguintes:

a - número de votantes, estabelecendo-se como quorum mínimo um terço dos produtores cadastrados em cada categoria e das empresas privadas;

b - tempo de duração da eleição, com indicação do horário do início e do término;

c - indicação dos locais onde estarão as urnas à disposição dos produtores;

d - relação dos que concorrem a indicação por categoria de produtores ou de empresa privada.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente e, extraordinariamente quando, com este caráter, for convocado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico-Social.

Art. 4º - Os cargos de conselheiros serão de relevância pública, não cabendo pagamento a qualquer título para o seu exercício.



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Art. 5º - Caberá ao Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, a ser elaborado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico-Social e aprovado, mediante decreto, pelo Prefeito Municipal, dispor sobre:

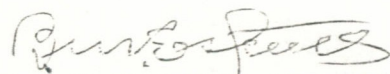
- I - as reuniões do Conselho;
- II - forma de deliberação;
- III - registro de seus atos;
- IV - posse de seus membros;
- V - todo e qualquer assunto relativo à sua administração.

Art. 6º - A elaboração e aprovação do Regimento Interno de que trata o artigo anterior se dará 30 (trinta) dias após o início da vigência da presente Lei.

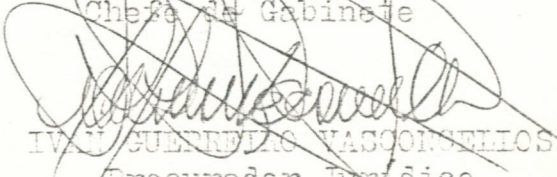
Art. 7º - Aprovado o Regimento Interno, o Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico-Social convocará reunião extraordinária do Conselho para posse de seus membros, que terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para igual período.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 31 de agosto de 1990.


BIANOR MARTINS ESTEVES
Prefeito


OSMAR ROQUE DE LIMA
Chefe de Gabinete


IVAN GUERREIRO VASCONCELOS
Procurador Jurídico



Marcio

MARCIO WERMELINGER BARBOSA
Secretário de Agricultura e
Desenvolvimento Econômico-Social

inovação que menciona e da cu
tras providências.

PREMISO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Fica estabelecido que a Câmara Municipal aprovou e se sancionou a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Município de São José do Vale do Rio Preto, representado pelo Prefeito Municipal, autorizado a realizar a cessão de uso de uma área de terras próprias, com a superfície de 725,00m², localizada no bairro de São Pedro, para a Estrada Municipal Av. Avançada de São Pedro, com uma largura de 30,00m; de lado direito, confronta com a área de terreno de 15,00m; de lado esquerdo, confronta com a área de terreno de 33,00m; e, nos fundos, fechando o perímetro confronta com o córrego existente no local onde há uma área de terreno de 30,00m, dentro do perímetro urbano deste Município, demonstrando a maior porção de uma área de terras próprias, com 725,00m², mais ou menos, da Fazenda Vale-Verde Sítio São Pedro.

Art. 2º - A cessão de uso de que trata o art. 1º destina-se à construção e efetiva instalação, pelo Poder Municipal, de uma Delegacia de Polícia no bairro de São Pedro, na Delegacia de Polícia nº 11, vinculada à Secretaria de Estado de Polícia Militar.

Art. 3º - A presente cessão de uso vigorará por tempo determinado e enquanto estiver a destinação mencionada no artigo anterior.

PUBLICADO D. O. do MUNICIPIO
em 8 / 9 / 90